

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.767.167 - MG (2018/0242701-4)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

**RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**RECORRIDO : DOUGLAS DOMINGOS DE OLIVEIRA**

**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS** interpõe recurso especial, fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do **Tribunal de Justiça daquele estado** na Apelação n. 1.0024.16.075097-2/001.

Depreende-se dos autos que o réu foi condenado à pena de 6 anos e 4 meses de reclusão, em regime semiaberto, e 13 dias-multa, pela prática do crime previsto nos arts. 157, § 2º, II, do CP e 244-B da Lei n. 8.069/1990.

O Tribunal de origem deu parcial provimento à apelação defensiva, a fim de absolver o agente da acusação de prática de corrupção de menores. Os embargos de declaração ministeriais foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, alega a acusação que o acórdão recorrido violou os arts. 155, parágrafo único, do CPP e 244-B, § 2º, da Lei n. 8.069/1990, ao argumento de que a comprovação da menoridade da vítima "prescinde da apresentação de certidão de nascimento ou documento de identidade, podendo ser aferida por qualquer documento idôneo" (fl. 377).

Requer o **"reestabelecimento da condenação do recorrido pelo crime de Corrupção de Menor"** (fl. 383).

Apresentadas as contrarrazões e admitido o recurso especial na origem, o Ministério Público Federal opinou pelo seu provimento.

**Decido.**

O Juiz sentenciante entendeu comprovada a menoridade assim:

Registre-se que **não é necessária a juntada de certidão**

**de nascimento do menor a comprovar sua menoridade, uma vez que ele foi ouvido em sede policial e informou sua idade, informação que confere com a constante no BO e em sua oitiva inquisitorial.**

Destaque-se que a aplicação do referido dispositivo não prescinde de sua comprovação por documento, dotado de fé pública, tais como a cópia da certidão de nascimento ou da carteira identificação expedida por órgão instituído para tal fim. Nessa linha, **presume-se que houve conferência pelos policiais militares quando da lavratura do BO e do Escrivão da Polícia Civil quando da oitiva extrajudicial.**

(fls. 196-197, grifei)

No julgamento da apelação, o voto vencido do Desembargador relator asseriu o seguinte:

Ora, a despeito da Súmula nº 74 do STJ, ao meu ver, a certidão de nascimento não é o único documento apto a demonstrar a menoridade do réu, **podendo a prova da idade do menor ser feita também por outros documentos idôneos para tal mister, mormente se dotados de fé pública.**

No presente caso, **foi possível aferir a menoridade haja vista a presença do auto de apreensão em flagrante (f. 05) e do boletim de ocorrência (f. 09 e verso), sendo possível extrair também, pelo conjunto probatório, que se tratava de menor A.M.N.**

(fls. 335-336, destaquei)

Na mesma ocasião, o **voto vencedor do Desembargador revisor** enfrentou o tema nestes termos:

Neste ponto, **o reconhecimento da menoridade demanda prova através de documento idôneo.** Com efeito, reposicionando-me sobre a questão, **entendo pela exigência de documento oficial para comprovação da idade do adolescente envolvido na prática de crimes.**

Consoante norma insculpida no artigo 155, parágrafo único, do Código de Processo Penal, "quanto ao estado das pessoas serão observadas as restrições estabelecidas na lei civil".

A lei civil não permite que certos fatos sejam

comprovados por qualquer meio de prova, incluindo nesses o estado das pessoas (casamento, idade, filiação, cidadania e etc).

Assim, **para se comprovar a idade da pessoa, imprescindível a juntada de prova documental específica e idônea (certidão de nascimento), não tendo se incumbido o Ministério Público do seu mister. In casu**, como ressaltado pela defesa de DOUGLAS DOMINGOS DE OLIVEIRA, **a menoridade de A.M.N. não foi comprovada por documento oficial, tendo a condenação se baseado na qualificação constante de outros documentos acostados aos autos.**

Dessa forma, **inexistindo nos autos comprovação da menoridade do adolescente, a absolvição do apelante, em relação ao crime de corrupção de menores, é medida que se impõe**, razão pela qual, dou provimento ao recurso defensivo.  
(fls. 338-341, grifei)

No processo penal, a liberdade probatória é a regra, mas a lei restringe o meio de prova em algumas hipóteses, como o faz o art. 155, parágrafo único, do CPP: "Somente quanto ao estado das pessoas serão observadas as restrições estabelecidas na lei civil".

Quanto à idade, o STJ editou a Súmula n. 74: "Para efeitos penais, o reconhecimento da menoridade do réu requer prova por documento hábil", o qual, segundo o art. 9º do Código Civil, constitui-se por meio de certidão de nascimento registrada em cartório.

O assento cartorário, contudo, não é o único documento hábil para tanto. A legislação previdenciária – art. 3º da Lei n. 6.179/1974, por exemplo – admite que "A prova de idade será feita mediante certidão do registro civil ou por outro meio de prova admitido em direito, inclusive assento religioso ou carteira profissional emitida há mais de 10 (dez) anos".

Nesse sentido, a jurisprudência do STJ pacificou que "a comprovação da idade da vítima de corrupção de menores não se restringe à certidão de nascimento, podendo ser feita por outros documentos dotados de fé pública, inclusive pela identificação realizada pela polícia civil" (**AgRg no REsp n. 1.591.682/SP**, Rel. Ministro **Sebastião Reis Júnior**, DJe 27/6/2016).

No mesmo sentido:

[...]

III - Com relação à comprovação da idade do menor envolvido, o Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula n. 74, a qual dispõe que "para efeitos penais, o reconhecimento da menoridade do réu requer prova por documento hábil". Igualmente, esta Corte tem entendido que, além da certidão de nascimento ou carteira de identidade, o conceito de documento hábil para o reconhecimento da menoridade em matéria penal, estende-se a qualquer instrumento de registro dotado de fé pública.

IV - Na hipótese, o eg. **Tribunal de origem reconheceu a menoridade do adolescente, lastreando-se na presença de sua qualificação completa constante no auto de apreensão em flagrante de auto infracional (fls. 26-27), e no boletim de ocorrência policial, nos quais há indicação expressa da data de nascimento, dos números de RG e CPF, bem como da filiação e do endereço do menor. Referidos documentos endossados pelo Julgador demonstram, com segurança, a idade do adolescente**, de forma que não se vislumbra a existência de qualquer flagrante ilegalidade passível de ser sanada pela concessão da ordem de ofício.

Habeas corpus não conhecido.

(HC n. 449.819/MG, Rel. Ministro **Felix Fischer**, 5ª T., DJe 9/8/2018)

**Na espécie, a menoridade do adolescente foi reconhecida por meio do auto de apreensão em flagrante e do boletim de ocorrência, além do conjunto probatório examinado nas instâncias ordinárias, o que basta à confirmação da sua idade.**

**Assim, entendo devidamente comprovada a materialidade do delito descrito no art. 244-B da Lei n. 8.069/1990, a justificar o restabelecimento da sentença neste ponto.**

Ante o esgotamento das instâncias ordinárias, como no caso, de acordo com entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do ARE n. 964.246, sob a sistemática da repercussão geral, é possível a execução da pena depois da prolação de acórdão em segundo grau de jurisdição e antes do trânsito em julgado da condenação, para garantir a efetividade do direito penal e dos bens jurídicos constitucionais por ele tutelados.

**À vista do exposto, dou provimento ao recurso especial, a fim de restabelecer a condenação do réu pela prática de corrupção de menores, tal como determinada na sentença.**

Por fim, determino o envio de cópia dos autos ao Juízo da condenação para imediata execução da pena caso o agente não a esteja cumprindo atualmente.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
Relator

